

"Convenção para a Grafia dos Nomes Tribais"

Esta "Convenção" foi assinada por participantes da 1ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada no Rio de Janeiro, em 1953, de modo a uniformizar a maneira de escrever os nomes das sociedades indígenas em textos em língua portuguesa. Foi publicada na *Revista de Antropologia* (vol. 2, nº 2, São Paulo, 1954, pp. 150-152) e posteriormente nas primeiras páginas (não numeradas) do volume organizado por Egon Schaden, *Leituras de Etnologia Brasileira* (São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976).

[Tabela inicial](#)

[Lista das Notas](#)

Resumo da "Convenção"

- Utilizar todas as letras do alfabeto e sinais diacríticos da ortografia oficial brasileira, e ainda as letras **k**, **ñ**, **w** e **y**, mas descartar o **c** e o **q** (substituindo-os pelo **k**), o til (substituindo-o pelo **n** posposto à vogal) e o acento grave.
- Fazer uso de dígrafos, como **dj**, **lh**, **ng**, **tx** (a "Convenção" não explicita, mas deixa subentendido que estão descartados o **gu**, o **ss**, o **rr**).
- Representar a aspiração com o **h**, isolado ou combinado com consoantes oclusivas (o **nh** é substituído pelo **ñ**).
- Representar com o **r** qualquer modalidade de consoante líquida.
- Representar com o hífen a oclusão glotal.
- Substituir o **i** e o **u** por **y** e por **w**, respectivamente, quando se tratar de semiconsoante.
- Usar o **ã**, o **õ** e o **ü** para representar respectivamente as vogais baixas, médias e altas que sejam mistas. A "Convenção" chama de mistas as vogais anteriores arredondadas e as posteriores não-arredondadas, sem considerar as centrais.
- Usar, em todos os nomes, os acentos agudo ou circunflexo para indicar a sílaba tônica, a não ser que a vogal dessa sílaba seja tremada.
- Escrever os nomes tribais com inicial maiúscula, sendo facultativo o uso dela quando tomados como adjetivos.
- Os nomes tribais, quer usados como substantivos, quer como adjetivos, não terão flexão de gênero e de número, a não ser que sejam de origem portuguesa ou morficamente aportuguesados.

Ultimamente tenho evitado usar essa "Convenção" por vários motivos. Proposta para ser usada em textos em português, ela não só diverge da ortografia oficial como pouco lhe acrescenta. Pelo contrário, elimina um excelente recurso que é o til. Os etnólogos estrangeiros não a seguem e os brasileiros o fazem apenas parcialmente. Os não familiarizados com temas indígenas não sabem de sua existência e nem como procurá-la, esgotados que estão o número da revista e o livro que a estamparam. Etnólogos, indigenistas e lingüistas não fazem uso da última das normas que compõem a

“Convenção”, que permite manter etnônimos oriundos da língua portuguesa ou morficamente aportuguesados na ortografia oficial e flexioná-los segundo gênero e número: não raro se escreve “Kanela”, um vocábulo que não tem origem indígena; ou se escreve “Tukano” e não se faz a flexão em “Arara”, sem levar que conta que os dois últimos, apesar de oriundos de uma língua indígena, há muito foram incorporadas ao léxico do português.

Vale lembrar que essa “Convenção” nada tem a ver com as adaptações que se fazem ao alfabeto para cada língua indígena a fim de que seus falantes possam escrever e ler textos nela escritos. Entretanto, alguns etnólogos, ao escreverem em português, grafam o etnônimo do grupo indígena com que trabalham conforme o alfabeto preparado para a língua deste, como se o leitor estivesse informado a seu respeito.

Sou de opinião que, nos textos em português, os etnônimos indígenas devem ser escritos conforme a ortografia oficial. Se algum esclarecimento tiver de ser dado sobre a sua pronúncia, que seja feito na primeira vez que for mencionado, entre parêntesis, com ajuda dos caracteres do Alfabeto Fonético Internacional. Afinal de contas, se a “Convenção” foi pensada para fazer face às limitações das oficinas gráficas de 50 anos atrás, hoje os computadores põem à nossa disposição um enorme número de caracteres.

Julio Cezar Melatti
29-5-99

Tabela inicial

Lista das Notas